

À

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN

REF.: Petição Administrativa, a seguir transcrita, requerendo a Extinção de Débitos Tributários perante a Procuradoria Geral Da Fazenda Nacional – PGFN, através Da Dação Em Pagamento De Bens Imóveis.

Prezados Senhores Procuradores da PGFN.

A Empresa _____, CNPJ _____, abaixo assinada, como contribuinte de créditos tributários, ou por seu procurador, solicito(a) a extinção dos débitos abaixo relacionados, administrados pela PGFN - (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), através de DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS, conforme dados anexos, que faz parte integrante do presente pedido, nos termos da Portaria PGFN nº 32, de 08 de fevereiro de 2018:

1) Trata-se das seguintes Dívidas Ativas Administrativas ou Dívidas já ajuizadas, a seguir enunciadas:

a) Dívida Ativa na fase administrativa:

Em nome de: _____

Número da Dívida Ativa: _____

Valor da Dívida já atualizada conforme (DOC ANEXO): R\$ _____

Data da Dívida: _____

b) Dívida Ativa na fase judicial:

Em nome de: _____

Número do Processo : _____

Vara _____ Comarca _____

Valor da Dívida já atualizada conforme (DOC ANEXO): R\$ _____

Data do ajuizamento da ação: _____

c) _____

d) _____

e) _____ ETC.

2) Nos termos do inciso III do artigo 5º da Portaria PGFN nº 32, de 08 de fevereiro de 2018, informo que neste Requerimento, constam **ANEXADOS OS DOCUMENTOS Solicitados (originais e/ou autenticados) (ou no Formato PDF, JPG, JPEG etc se o requerimento for pela internet)** ao presente Requerimento, os documentos a seguir, nos estritos termos da Lei e de seus regulamentos:

2.1) CONTRATO SOCIAL com as suas alterações atualizadas e o responsável pela empresa **(DOC. ANEXO);**

2.2) CPF e RG do Requerente responsável pela empresa **(DOC. ANEXO)** **(ou CPF, RG e Procuração do procurador legalmente habilitado);**

2.3) Certidão da Matrícula do Imóvel extraída **há menos de 30 (trinta) dias**, do Cartório do Registro de Imóveis competente, que demonstra ser a/o Requerente devedor(a) o legítimo(a) proprietário(a) e que ateste que o imóvel está livre e desembaraçado de quaisquer ônus, seja hipotecas, penhoras, etc. *(No caso de indisponibilidade do imóvel perante a PGFN o presente requerimento de dação em pagamento já elimina este embaraço)* **(DOC. ANEXO);**

2.4) Certidão de quitação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) ou do Imposto Territorial Rural (ITR) *(Se for imóvel rural)*, da Taxa de Limpeza Pública (TLP), de energia elétrica, de água e esgoto, despesas condominiais e demais encargos sobre o imóvel; **(DOC. ANEXO);**

2.5) Certidões cíveis, criminais e trabalhistas, federais e estaduais, do domicílio do devedor, bem como do lugar da situação do imóvel; **(Será necessário o requerente ou um despachante solicitar estas certidões no Fórum de sua cidade, caso não seja possível via internet)** **(DOCS. ANEXO);**

2.6) **LAUDO DE AVALIAÇÃO** elaborado por instituição financeira oficial de imóvel urbano, ou pelo Incra, em se tratando de imóvel rural, expedidos há menos de 360 dias; **(DOC. ANEXO);**

2.7) Manifestação **de interesse no bem imóvel**, expedida pelo dirigente máximo de órgão público integrante da Administração Federal direta, de quaisquer dos poderes da União, acompanhada de declaração de disponibilidade orçamentária e financeira do valor relativo ao bem imóvel oferecido em dação em pagamento, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 3º, da Lei nº 13.259, de 2016; **(DOC. ANEXO);**

2.8) No caso de interesse no bem imóvel por entidade integrante da Administração Federal indireta, **manifestação de interesse no bem imóvel**, expedida pelo seu dirigente máximo, **acompanhada de declaração de disponibilidade orçamentária e financeira do valor** relativo ao bem imóvel oferecido em dação em pagamento, em atendimento ao disposto no art. 4º, § 3º, da Lei nº 13.259, de 2016, **bem como manifestação prévia da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sobre possibilidade de incorporação do imóvel ao patrimônio da União** (No caso de imóvel foreiro) e posterior transferência à entidade integrante da Administração Federal indireta.**(DOC. ANEXO);**

3) Nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.259/2016 o(a) Requerente da presente petição, **DESISTE** de quaisquer processos **(nº do Processo_____ Vara_____ Comarca_____)** postos em discussão judicial da dívida, onde a presente Dação em Pagamento de extinção do crédito tributário da PGFN produzirá todos os efeitos legais, com a renúncia de quaisquer direitos, ficando o(a) Requerente responsável, arcando imediatamente com o pagamento das custas processuais, honorários advocatícios etc., e quaisquer outras pendências judiciais, para nunca mais reclamar em quaisquer instâncias ou ação rescisória, fazendo valer a plena extinção da dívida tributária junto à PGFN;

4) Conforme o § 3º, do art. 3º, da Portaria PFGN 32/2018 o(a) Requerente informa que, se o imóvel acima ofertado for avaliado em montante superior ao valor consolidado do débito inscrito em dívida ativa junto à PGFN, que se objetiva extinguir, sua aceitação ficará condicionada **à renúncia expressa, em escritura pública, por parte do devedor proprietário do imóvel, ao ressarcimento de qualquer diferença.**

Termos em que Pede e espera deferimento,
para a extinção legal da dívida tributária por Dação em Pagamento!

Local e Data

Assinatura do Representante legal ou Procurador

CPF: _____ Telefone: (____) _____

E-MAIL: _____

Endereço: _____

PARTE B:

DADOS DO IMÓVEL PARA O REQUERIMENTO PARA DAÇÃO EM PAGAMENTO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE À PETIÇÃO ADMINISTRATIVA REQUERENDO A EXTINÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS PERANTE A PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN

1) IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME _____

CPF _____ ou CNPJ _____

Endereço do imóvel dado em Dação em Pagamento: _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____ CEP _____
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____
MATRÍCULA DO IMÓVEL: _____;

2) IDENTIFICAÇÃO PARA CONTATO

NOME DO REQUERENTE OU PROCURADOR: _____;
NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DEVEDORA: _____.

ENDEREÇO DO(A) REQUERENTE:

Rua _____ nº _____ Bairro: _____
Cidade: _____ UF _____ CEP _____.

Telefone (fixo e/ou celular _____, E-mail _____ (Do procurador ou Requerente, ou Contador ou terceiros);

3) DADOS DO IMÓVEL

3.1 – ENDEREÇO DO IMÓVEL DADO EM Dação em pagamento: _____

Rua _____ nº _____ Bairro: _____
Cidade: _____ UF _____ CEP _____;

3.2 – CADASTRAL MUNICIPAL (Inscrição) _____;

3.3 – Matrícula do imóvel _____;

4) – O Imóvel acima enunciado, dado em Dação em Pagamento, servirá para quitação e extinção do crédito tributário acima informado.

5) DADOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

5.1) Dívida Ativa na fase administrativa:

Em nome de: _____;

Número da Dívida Ativa: _____;

Valor da Dívida já atualizada conforme (DOC ANEXO): R\$ _____;

Data da Dívida: _____

5.2) Dívida Ativa na fase judicial:

Em nome de: _____

Número do Processo: _____

Vara _____ Comarca _____

Valor da Dívida já atualizada conforme (DOC ANEXO): R\$ _____

Data do ajuizamento da ação: _____

5.3) _____ ETC: _____

Termos em que P. Deferimento

Local/data _____

NOME COMPLETO _____ CPF _____, CNPJ (se
imóvel de pessoa jurídica) com a assinatura de seu representante legal conforme o Contrato
Social em anexo

ASSINATURA _____.